

**Alexandre Vitorino Silva**

---

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo  
Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília e New York University (LLM)  
Procurador do Distrito Federal e Advogado

# Estado de Coisas Inconstitucional e Processo Estrutural



Brasília  
2020

1ª edição - 2020

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Alexandre Vitorino

Estado de coisas inconstitucional e processo estrutural / Alexandre Vitorino Silva. -- Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87255-00-2

1. Administração pública - Controle
2. Democracia
3. Poder judiciário e questões políticas - Brasil
4. Políticas públicas
5. Processo civil
6. Separação de poderes I. Título.

20-36130

CDU-342

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

CLN 305, Bloco D, Loja 49, Subsolo Parte A28

Asa Norte - Brasília - DF - CEP: 70737-540

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

<b>A supremocracia em ascensão e sua última criação: o estado de coisas inconstitucional.....</b>	<b>1</b>
1. A separação de poderes e a <i>Supremocracia</i> .....	1
2. Acepções do neologismo <i>Supremocracia</i> .....	10
3. Ativismo judicial.....	13
4. As causas do ativismo judicial e da <i>Supremocracia</i> .....	19
5. A última fronteira da jurisdição constitucional – O estado de coisas inconstitucional e o suprimento de omissões fático-substanciais .....	38
6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental n. 347 e o alargamento do controle das omissões do poder público. As omissões fático-substanciais.....	39
7. O objeto da obra .....	41
8. As falhas de coordenação entre poderes.....	47
9. As políticas públicas e suas <b>patologias</b> .....	47
10. Falhas de coordenação na implementação de políticas públicas e suas causas .....	52
11. As consequências das falhas de <b>coordenação</b> .....	57

<b>1. O desenvolvimento da litigância estrutural e do controle de omissões administrativas persistentes no direito comparado.....</b>	<b>59</b>
1.1. A litigância estrutural nos EUA, o movimento dos direitos civis e os casos de reforma prisional – O juiz constitucional como arquiteto da igualdade política.....	59
1.1.1 A litigância estrutural na obra de Abram Chayes .....	60
1.1.2 A litigância estrutural nos EUA como herança da reconstrução. Da abolição da escravatura a <i>Brown v. Board of Education</i> . .....	64
1.1.3 Os casos de reforma prisional no Arkansas e a expansão da litigância estrutural para as instituições totais.....	99
1.1.4 Os problemas da litigância estrutural nos EUA. Dramas policêntricos e efeitos em rede .....	114
1.2. A litigância estrutural e sua disseminação no globo sul.....	117
1.2.1 A litigância estrutural na África do Sul e a litigância estrutural na Índia. O juiz constitucional como censor de políticas públicas.....	117
1.2.2 A litigância estrutural na Colômbia. A acción de tutela, o estado de coisas inconstitucional e a Corte Constitucional como arquiteta do estado social.....	123
1.2.2.1 O estado de coisas inconstitucional e a garantia da dimensão objetiva dos direitos fundamentais na constituição colombiana .....	133
1.2.2.2 O caso do pensionamento dos professores dos municípios de Maria La Baja e Zambrano [SU 559].....	138
1.2.2.3 O caso da ineficiência administrativa na apreciação dos pleitos de aposentadoria [T-068].....	143
1.2.2.4 O caso das penitenciárias colombianas [T-153].....	145
1.2.2.5 O caso da ausência de concursos para a delegação notarial [SU-258].....	155
1.2.2.6 O caso da situação dos defensores de direitos humanos (T-590).....	156
1.2.2.7 O caso da mora no pagamento das pensões de trabalhadores aposentados.....	158
1.2.2.8 O caso das pessoas deslocadas em razão de conflitos violentos internos.....	159
1.2.2.9 O juiz constitucional como artífice do Estado social	170

<b>2. O estado de coisas inconstitucional. Uma alternativa para o controle de políticas públicas no Brasil? Um problema posto pela ADPF 347 .....</b>	<b>179</b>
2.1. O problema do cabimento da ADPF para o controle de políticas públicas. A ambiciosa ADPF 347 .....	179
2.2. O problema da falta de adequada técnica de decisão e a separação de poderes.....	201
2.3. O problema de ordem probatória e os limites da ADPF .....	226
2.4. O problema da legitimidade do Supremo na imposição de remédios. A caminho de fórmulas fracas de controle da declaratória do estado de coisas inconstitucional .....	230
<b>3. A proposta da tutela coletiva estrutural e o estado de coisas inconstitucional nas lides coletivas. Um caminho alternativo para a litigância estrutural no Brasil? .....</b>	<b>243</b>
3.1. Uma pergunta inevitável. O estado de coisas inconstitucional transplantado para as lides coletivas? .....	243
3.2. O complicado caminho da reforma das ações coletivas.....	254
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>281</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>297</b>